

# GÊNESE E CARACTERIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS NA REGIÃO DE CARAJÁS (PA) NA AMAZÔNIA ORIENTAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE CHAYANOV

Raimundo Nonato Santos da Silva<sup>1</sup>

Daniel Nogueira Silva<sup>2</sup>

## Resumo

As cooperativas de pequenos agricultores podem atuar como um importante instrumento para fomentar a promoção do desenvolvimento regional e viabilizar a permanência das pessoas nas suas propriedades com geração de renda e qualidade de vida. Contudo, essas práticas econômicas possuem alguns limites estruturais para alcançar os objetivos a que se propõem, especialmente na Amazônia brasileira. Dessa forma, o objetivo do texto é discutir o processo histórico da formação do cooperativismo nos assentamentos de reforma agrária na região de Carajás (PA) na Amazônia Oriental à luz das três teses sobre o cooperativismo camponês de Chayanov: a tese da integração vertical, a tese do movimento nacional e a tese da cultura cooperativa. Partindo de uma revisão histórica e bibliográfica sobre o cooperativismo e a configuração territorial da região de Carajás (PA), esse texto apresenta em linhas gerais a origem e caracterização das principais experiências cooperativistas ligadas ao campesinato regional, bem como alguns dos seus limites, a partir das três teses de Chayanov.

**Palavras-chave:** Campesinato; Cooperativismo; Chayanov; Região de Carajás.

## Abstract

Small farmer cooperatives can act as an important instrument to promote regional development and enable people to remain on their properties, generating income and quality of life. However, these economic practices have some structural limits to achieving the objectives they set out to achieve, especially in the Brazilian Amazon. Thus, the objective of the text is to discuss the historical process of the formation of cooperativism in agrarian reform settlements in the Carajás region (PA) in the Eastern Amazon in the light of Chayanov's three theses on peasant cooperativism: the vertical integration thesis, the thesis of the national movement and the thesis of cooperative culture. Starting from a historical and bibliographic review on cooperativism and the territorial configuration of the Carajás region (PA), this text presents in general terms the origin and characterization of the main cooperative experiences linked to the regional peasantry, as well as some of its limits, based on of Chayanov's three theses.

**Keywords:** Peasantry; Cooperativism; Chayanov; Carajás region.

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional da Amazônia (PPGPAM) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional da Amazônia (PPGPAM/Unifesspa) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (Ufpa).

## 1. INTRODUÇÃO

As cooperativas são percebidas como instrumentos de captação de recursos e desempenham uma função crucial no aprimoramento dos meios de subsistência, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das comunidades rurais em diversas partes do globo (Ajates, 2020). No Brasil, como apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), quase metade da produção agropecuária está vinculada ao cooperativismo, o que demonstra a sua relevante capacidade produtiva. Entretanto, mesmo diante das vantagens e da opção que o cooperativismo oferece, é importante destacar imediatamente algumas de suas limitações e fragilidades no contexto brasileiro (Silva, Nunes, 2023). Além das dificuldades em seguir os princípios cooperativistas em um contexto de competição capitalista, duas outras questões emergem no contexto nacional que são importantes destacar aqui. A primeira delas é a disparidade regional na distribuição das cooperativas e cooperados nas regiões brasileiras.

Como apontado por Vedana *et al.* (2020), com base nos dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a região Sudeste concentra a maior parte das cooperativas com 31,8%, seguida pelo Sul e Nordeste com 18,9% e 18,2%, respectivamente. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam uma menor participação, com 17,3% e 13,7% cada uma. Como observado a partir desses dados, à exceção da região Sudeste, o número de cooperativas é distribuído sem diferenças significativas entre as regiões do Brasil, contudo, quando se analisa o número de cooperados essas diferenças se tornam maiores. Segundo os dados apresentados pelos autores, o Sul tem 57,5% dos associados e o Sudeste com 34,6%, representando mais de 90% dos produtores vinculados ao cooperativismo. As demais regiões juntas respondem por apenas 7,8% dos associados, sendo que o Norte fica em último lugar com apenas 1%.

Uma segunda questão a destacar trazida por Vedana *et al.* (2020) é que o cooperativismo está concentrado principalmente na agricultura familiar brasileira, que responde por mais de 70% das cooperativas. Todavia, os autores destacam que o número de famílias associadas é baixa e regionalmente distribuído de forma desigual. Enquanto estados como São Paulo, mais de 20% dos produtores declararam fazerem parte de alguma cooperativa, no Norte esse número é de apenas 3,5%, segundo os dados do Censo Agropecuário 2017.

Essas duas características evidenciam que para além dos desafios próprios do cooperativismo, fatores regionais também incidem sobre a dinâmica desses empreendimentos, o que pode ajudar a entender as diferenças apresentadas. Nesse sentido, considerando a relevância da Amazônia brasileira, entender de forma mais aprofundada aspectos do cooperativismo agrário ligados à sua origem e dinâmica de formação pode ajudar a compreender de forma mais clara as suas características

particulares, fazendo emergir alguns temas. O primeiro deles diz respeito ao próprio recorte territorial da análise, a Amazônia Brasileira. Como apontado por uma vasta e diversa literatura, esse território está imerso em um conjunto complexo de dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e históricas, o que exige que algumas qualificações e mediações sejam definidas para um melhor desenvolvimento da questão que orienta o trabalho. Nesse sentido, foi escolhida dentro da Amazônia Brasileira a região de Carajás no estado do Pará (MONTEIRO, SILVA, 2021) como território a ser estudado.

Essa região é uma síntese importante das principais dinâmicas contemporâneas da Amazônia brasileira, o que torna esse território central para a compreensão das questões que emergem do desenvolvimento regional. A exploração capitalista das riquezas naturais, marcadamente a mineração (WANDERLEY, 2009), articula esse território com as exigências do capitalismo financeirizado, dado que a exploração desses recursos está subordinada à lógica e as estratégias econômicas das grandes empresas multinacionais (FELIX, 2020). Tais dinâmicas estão associadas, entre outros determinantes e condicionantes, com a expansão da fronteira do agronegócio, que além dos impactos no ecossistema, notadamente no desmatamento, também provocam tensões e conflitos nas relações sociais (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). Nesse contexto econômico de ampliação da influência do capital financeiro no território, associada à expansão da fronteira do agronegócio, fazem emergir outras problemáticas, como a da questão urbana, que impõem novos desafios para o desenvolvimento das cidades amazônicas e suas populações (CARDOSO, *et al.*, 2018). Reconhecer essas condições sociais e políticas específicas do território é a primeira premissa para analisar o cooperativismo.

Além da Amazônia, um segundo tema que a discussão desse trabalho mobiliza é o debate sobre a questão agrária. Uma longa tradição teórica dentro do marxismo tem focado seus esforços na compreensão dessa temática. Inicialmente, as divergências entre Lênin, Kautsky e Chayanov (HUNT, 1979), impulsionaram o debate, focando, especialmente, no caso da Rússia do início do século XX. Em um segundo momento, esses debates foram expandidos por autores que, fundamentados nessas contribuições seminais, buscaram estudar outras economias, como a do Peru (BRASS, 2007), a dos Estados Unidos (LENIN, 1980; SCHULMAN, *et al.*, 1989), a da China (HU *et al.*, 2022) entre outras. Em países como o Brasil, com uma formação histórica colonial e escravocrata marcada por uma profunda concentração e conflitos de terra, esses debates foram explorados em diferentes vertentes, com importantes contribuições para pensar a questão agrária brasileira (FELÍCIO, 2014).

Mais recentemente, algumas qualificações nas discussões teóricas sobre a questão agrária vêm fornecendo importantes insights sobre as dinâmicas econômicas e sociais presentes no campo, esse é o caso das contribuições construídas por Costa (2000, 2012, 2021). Apoiando a sua leitura na tradição Chayanoviana, e tomando como referência a experiência de povos amazônicos, o autor aponta diversos limites de leituras mecanicistas das premissas marxistas apontadas por Lênin e Kautsky.

Segundo o autor, a cooperação entre os camponeses, aliada a uma reforma agrária, não podem ser subestimadas na construção de um paradigma de produção no campo (COSTA, 2012).

Partindo desses elementos, o objetivo do texto é discutir o processo histórico da formação do cooperativismo com origem nos assentamentos de reforma agrária na região de Carajás (PA) à luz das três teses sobre o cooperativismo camponês de Chayanov (1991). Considerando que o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas guarda especificidades que restringem certas generalizações, também é feita uma breve apresentação dos processos históricos que conformam a região de Carajás (PA), território em que a experiência cooperativista é pesquisada. A metodologia utilizada neste trabalho consiste, inicialmente, em uma breve revisão teórica sobre o cooperativismo camponês à luz das três teses de Chayanov (1991): a tese da integração vertical, a tese do movimento nacional e a tese da cultura cooperativa. Em seguida é feita uma breve apresentação dos processos históricos que conformam o recorte territorial escolhido para a análise, que é a Região de Carajás (PA) na Amazônia Brasileira. Com base nessa reflexão teórica, é conduzido um estudo exploratório, utilizando entrevistas com os dirigentes das cooperativas camponesas, com intuito de construir um perfil e identificar a gênese das cooperativas camponesas que atuam na região de Carajás a luz das três teses de Chayanov. A escolha das cooperativas camponesas para análise se dá pelo papel que elas desempenham na articulação e organização dos trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, e nas atividades de cooperativas na região de Carajás (PA).

Para alcançar esses objetivos o trabalho está organizado da seguinte forma. Na primeira seção é feita uma breve apresentação acerca da origem, princípios, vertentes e ramos do cooperativismo, com um foco especial na teoria das cooperativas camponesas de Alexander Chayanov (2017), tecendo algumas reflexões sobre o cooperativismo camponês, destacando os dois modelos de cooperativas apresentados por Chayanov, e posteriormente as características das três teses defendidas no contexto da Teoria das Cooperativas de Chayanov (1991). No segundo momento é apresentado um breve resgate histórico e as trajetórias do cooperativismo camponês, com atuação na região de Carajás (PA), de modo a explicitar os processos históricos que conferem a esse território certas especificidades. Por fim, na última seção, a experiência histórica da formação do cooperativismo camponês na região de Carajás é descrita, tomando como referência as três teses de Chayanov e as dinâmicas agrárias da região.

## 2. COOPERATIVISMO CAMPONÊS E AS TRÊS TESES DE CHAYANOV

O debate sobre o cooperativismo camponês surgiu apenas posteriormente às discussões sobre a questão agrária. Alguns autores que já haviam analisado a questão agrária, passaram a propor reflexões para entender também os limites e possibilidades do cooperativismo camponês. Dadas as particularidades do campo, as reflexões construídas sobre as experiências cooperativistas em outros setores econômicos, particularmente na indústria, não forneciam todos os elementos teóricos necessários para entender o funcionamento da experiência cooperativista entre trabalhadores rurais, o que exigia a formulação de uma teoria própria. Nesse ponto é que está situada a teoria das cooperativas camponesas de Chayanov.

De acordo com Deggerone (2018), a obra “Teoria das cooperativas camponesas” de Alexander Chayanov (1991), que retrata a realidade das cooperativas e das atividades agrícolas camponesas na década de 1920 na Rússia, é uma importante contribuição teórica para entender as experiências cooperativistas entre os trabalhadores do campo. Com base nessa obra, Deggerone (2018) argumenta que uma das formas de promover a socialização do trabalho e o controle do capital comercial no nível dos processos de comercialização seria a cooperação. Isso culminaria no estabelecimento de um tipo de concentração vertical diferente, em que o cooperativismo permitiria aos camponeses assumirem o controle das etapas de processamento e comercialização de seus produtos agrícolas no lugar de grandes empresas. Assim, na economia capitalista, tal sistema de cooperativas constituía um dos meios para uma melhor inserção dos camponeses nos mercados agroalimentares.

Mais recentemente, as contribuições de Chayanov vêm sendo recuperadas por autores como White (2018), Holt-Giménez *et al.* (2021), Hu *et al.* (2022) no esforço em compreender as dinâmicas agrárias, em especial dos trabalhadores organizados em cooperativas. Hu *et al.* (2022) destacam a importância de diferenciar a teoria de Chayanov, desenvolvida em sua obra mais popular, *Theory of Peasant Economy* (Chayanov, 1966), do seu outro trabalho, *The Theory of Peasant Co-Operatives* (Chayanov, 1991). Para esses autores, apesar de Chayanov reconhecer o papel do cooperativismo nas duas obras, é na segunda que ele detalha de forma mais específica as condições políticas e sociais que podem garantir o sucesso dessas experiências.

Hu *et al.* (2022), em seu trabalho analisando a experiência cooperativista de camponeses na China contemporânea, afirma que para analisar as condições necessárias na formação de cooperativas de sucesso, baseada na teoria de Chayanov, primeiramente é importante compreender no cooperativismo a existência de duas principais abordagens. A primeira, toma as cooperativas como empresas (*cooperative-as-entreprise approach*) e buscam identificar os elementos que as tornam mais eficientes e institucionalmente mais adaptáveis para atuarem no mercado (ILIOPOULOS, VALENTINOV, 2018). Para os autores, além das volumosas diferenças de interpretações, eles

primeiro destacam que os produtores dominantes nas economias avançadas não são pequenos agricultores, mas sim produtores de maior escala, que detêm mais recursos e capacidade para formar as cooperativas. Além disso, há uma grande diferença nos arranjos de direitos da propriedade nos países, portanto, as intervenções que melhoram as estruturas de governança interna em um contexto, não podem ser aplicadas como regra. De acordo com o argumento de Chayanov, as cooperativas como empresas representam “nada mais do que uma adaptação dos pequenos produtores de mercadorias às condições da sociedade capitalista e uma arma na luta pela existência” (CHAYANOV 1991, p. 22). Portanto, as cooperativas formadas de acordo com esse modelo não representam uma alternativa nem aliviam as pressões da agricultura capitalista (HU *et al.*, 2022).

Além dessa primeira abordagem que toma as cooperativas como empresas, Hu *et al.* (2022) destacam os argumentos do segundo conceito da abordagem que defende as cooperativas como um movimento (*cooperative-as-movement approach*). Essa abordagem busca entender a atuação das cooperativas a partir do contexto social concreto em que as cooperativas atuam e tem na reflexão de Chayanov (1991) a principal contribuição. Para Chayanov (1991), somente através da cooperação entre os camponeses seria possível construir um sistema de relações de produção baseado na democratização da distribuição das terras. As cooperativas dos trabalhadores do campo seria uma maneira de organizar algumas das atividades econômicas do campesinato nos lugares em que a produção em grande escala possui vantagens significativas. Dessa forma, o futuro do sistema agrário deveria ser baseado em cooperativas.

Cabe destacar que essa interpretação de Chayanov (1991) não impõe para as experiências cooperativistas a exclusiva responsabilidade por garantir as condições de reprodução social dos trabalhadores no campo. O que na prática esse argumento sintetiza é que o cooperativismo tem papel central para pensar em qualquer estratégia de desenvolvimento agrário, fundamentado nos princípios anticapitalistas, e que deveria ser combinado com outras ações. Como apontado por Germer (2007), compreender o papel do cooperativismo na história da luta dos trabalhadores permite entender de forma mais clara os limites e as possibilidades das cooperativas no capitalismo.

Segundo Hu *et al.* (2022), a aplicação da segunda teoria de Chayanov permite explicar detalhadamente o fracasso da formação de cooperativas autênticas e eficazes na maior parte do mundo em desenvolvimento. E que se cooperativas eficazes de estilo Chayanoviano podem surgir em qualquer lugar hoje, principalmente em sociedades com setores agrícolas substanciais, com histórico de movimento cooperativo forte e um ambiente político estimulante apoiado nos níveis mais altos do governo (HU, *et al.*, 2022).

Partindo de um extenso trabalho de campo, os autores investigaram o ressurgimento da Teoria das Cooperativas Camponesas defendida por Chayanov na China, onde as Cooperativas

Especializadas de Agricultores (CEAs) proliferaram rapidamente. Atualmente somam 2,2 milhões de CEAs registradas até 2019, envolvendo quase 100 milhões de famílias rurais (SAMR, 2020). Os dados das cooperativas de agricultores na China foram acompanhados durante uma década (2009-2019), em 65 cooperativas localizadas em 20 províncias, em cada uma das macrorregiões da China, baseada na seguinte tipologia de cooperativas: cooperativas premiadas, cooperativas mais comuns e aquelas apoiadas pelos membros do Movimento de Reconstrução Rural (MRR).

Com base na pesquisa de campo, foram identificados seis grandes obstáculos que explicam o fracasso da maioria das cooperativas com base nos argumentos defendidos por Chayanov. Os resultados alertam não apenas para a grande importância das cooperativas e para a resiliência da agricultura camponesa, mas também para os obstáculos aparentemente intransponíveis que as cooperativas enfrentam nas economias de mercado. No processo de reflexão sobre os fatores que explicam o sucesso ou fracasso das cooperativas na China, Hu *et al.* (2022) apresentaram uma tipologia das cooperativas pesquisadas que foram classificadas em autênticas, agronegócios privados de fato, falsas e/ou falidas, de fachadas e descooperatizadas. Os autores argumentam que os principais fatores que explicam o fracasso nas cooperativas pesquisadas na China estão diretamente relacionados aos seis obstáculos que Chayanov identificou há quase um século. De acordo com Hu *et al.* (2022) esses obstáculos bloqueiam o processo de formação das condições-chave para o sucesso das cooperativas, definidas a partir das três teses de Chayanov (1991).

Chayanov (1991) traz na sua obra a Teoria das Cooperativas Camponesas 03 (três) teses que seriam pré-condições para o sucesso das cooperativas. A primeira é a “tese da integração vertical”, a segunda, a “tese do movimento cooperativo” e, por fim, a “tese da cultura cooperativa”. Sem esses três elementos-chave as cooperativas terminam por enfrentar dificuldades para servir aos interesses de seus cooperados, ou, quando produzem bons resultados, perdem os elementos centrais que fundamentam a prática cooperativa.

Para Hu *et al.* (2022), com base nos argumentos sobre a Teoria das Cooperativas Camponesas de Chayanov, a primeira tese no que se refere à expansão/integração vertical, ressalta a necessidade de os pequenos agricultores estabelecerem economias de escalas para competir como os maiores produtores. Segundo os autores, essa expansão em escala exige a concentração de elementos produtivos e mão de obra humana, e que, no entanto, a cooperação deve assumir uma forma vertical no seu processo de inserção na economia de escala. Freitag *et al.* (2019), que estudou a contribuição de Chayanov para economia solidária, traz o argumento de que o ponto essencial era identificar que uma das formas de penetração do capitalismo na agricultura, se dava pela integração vertical de um número grande de estabelecimentos fragmentados que passam a ser controlados pela agroindústria, um comando centralizado. Acrescenta ainda que, segundo Abramovay (2012, p. 79), os agricultores,

a partir da integração com a agroindústria, passam a obedecer a padrões (quantidade produzida, qualidade, venda), deixando de ser “o sujeito criador de sua própria existência”.

Analisando essa contribuição de Chayanov no contexto do campesinato, Freitag *et al.* (2019) afirma que o cooperativismo, como uma forma particular do processo de concentração vertical da agricultura, é o próprio camponês quem cede setores de sua economia. Esse processo inicia com a parceria entre pequenos produtores para a aquisição dos meios agrícolas de produção, e após algum tempo as cooperativas se voltam para a comercialização dos produtos agrícolas, desenvolvidas na forma de alianças com os pequenos agricultores. Por fim, Freitag *et al.* (2019), à luz de Chayanov (2017), afirma que com a extensão do sistema cooperativo à comercialização e processamento técnico, com a assistência do Estado e à concessão de crédito estatal, “as cooperativas agrícolas trazem consigo a concentração e a organização da produção agrícola, segundo padrões novos e mais elevados” (CHAYANOV, 2017, p. 49).

A segunda tese de Chayanov explorada por Hu *et al.* (2022) é sobre o movimento nacional. Eles argumentam que Chayanov sugere uma abordagem em duas frentes que facilitem a compreensão das cooperativas aos desafios internos e externos, sendo: uma de baixo para cima (integração vertical) e uma de cima para baixo que exige que o Estado disponha de um sistema cooperativo nacional. De acordo com Hu *et al.* (2022), esse sistema cooperativo nacional integrado de Chayanov seria estruturado em três níveis: um centro cooperativo nacional no topo, associações regionais no meio e cooperativas primárias na base. Na sua reflexão acrescenta que para o estabelecimento de um sistema nacional requer um envolvimento ativo do estado, apoiando o movimento cooperativo, organizacional e ideológico, se for o caso. No modelo defendido por Chayanov, após o sistema cooperativo aprimorar-se, precisa que o Estado se retraia para permitir a autonomia do movimento.

Como resultado da pesquisa nas cooperativas da China, Hu *et al.* (2022) demonstram que as pré-condições para o sucesso do modelo Chayanoviano, em escala nacional, de “cooperativa como movimento” não existem mais. A pesquisa reforçou a visão de que alternativas devem ser buscadas em outros lugares, como em mercados aninhados no contexto global (PLOEG, 2008; SCHNEIDER Et al., 2012; PLOEG, 2013) ou na economia coletiva baseada na comunidade no contexto chinês (WANG e HE, 2017; XU Et al, 2020).

Para Hu *et al.* (2022) a última tese apresentada por Chayanov destaca que a solidariedade é a base da tese da cultura cooperativa. No entanto, os autores trazem o argumento apresentado por Chayanov que as forças culturais dentro da sociedade camponesa representam a força motriz fundamental para o movimento social das cooperativas, tornando assim inseparáveis os papéis econômico e cultural de uma cooperativa. Ademais, dado que as cooperativas são partes integrantes



de um sistema cooperativo nacional, elas devem desempenhar importantes funções não econômicas, devem prover serviços relacionados à educação e bens públicos necessários no meio rural.

No entendimento de Hu *et al.* (2022), o sistema cooperativo Chayanoviano, entende que cada parte técnica da economia camponesa deve ser constituída de um aparato cooperativo dentro do sistema cooperativo nacional, com isso realizando economias de escala, e que essas organizações emergem e alimentam uma cultura rural que valoriza a cooperação e promove a confiança. E que, hodiernamente à luz dessa perspectiva revisada da “cooperativa como movimento”, as cooperativas devem, inicialmente, se concentrar na construção da comunidade antes de contemplar a realização de projetos econômicos tão ambiciosos quanto a integração vertical.

Importante frisar que o estudo sobre o cooperativismo camponês, à luz das teses de Chayanov, traz alguns resultados empíricos que demonstram que parte das dificuldades enfrentadas no movimento cooperativo regional, dialogam com os principais resultados apresentados na pesquisa realizada na China, que explicam o porquê as cooperativas de agricultores falham em uma economia de mercado realizada por Hu *et al.* (2022). Portanto, podemos afirmar que os desafios apontados por Hu *et al.* (2022) no estudo corroboram com os argumentos de Chayanov sobre a grande importância das cooperativas para a resiliência camponesa e para superar os obstáculos que as cooperativas enfrentam nas economias de mercado.

### 3. A REGIÃO DE CARAJÁS (PA)

Antes de analisarmos a experiência cooperativista dos camponeses na Região de Carajás, é fundamental realizar uma breve exposição sobre a formação e dinâmica desse território. No contexto histórico brasileiro, a região de Carajás no estado do Pará (MONTEIRO, SILVA, 2020) tem uma trajetória muito recente de ocupação do território e respectivamente de surgimento do processo de organização produtiva na agricultura familiar com base no cooperativismo ligado ao campesinato. Essa região abrange quase que a totalidade dos municípios paraenses que compõem as regiões geográficas intermediárias de Redenção e de Marabá, exceto os cinco municípios pertencentes à região imediata de Tucuruí<sup>3</sup>. O território é marcado por intensos conflitos agrários, amplamente relatados na literatura (CONGILIO, 2014; CONGILIO, MORAES, 2016). Esse contexto de luta

---

<sup>3</sup> As Regiões Geográficas Imediatas, no Brasil, constituem a divisão geográfica regional do país, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As regiões geográficas imediatas foram apresentadas em 2017 pelo IBGE, com a atualização da divisão regional do Brasil, e correspondem a uma revisão das antigas microrregiões, que estavam em vigor desde a divisão de 1989.

social foi central no processo de organização produtiva na agricultura familiar, com base no cooperativismo ligado ao campesinato.

A região de Carajás tem sua definição a partir de diversas reflexões teóricas e acadêmicas do processo de ocupação, que é marcada pelo intenso conflito agrário, como é possível observar nas obras de Hébette (2004), Intini (2004), Assis (2007), Simões, Castro e Santos (2013) e Velho (1981). Nos anos finais do século XX emergiram novas determinações para a questão agrária brasileira em um nível nacional, bem como dessa região, cujo eixo central foi sua vinculação à transformação do país em plataforma de valorização financeira. Essa vinculação se deu, principalmente, pelo papel que as exportações de commodities agrícolas e minerais assumiram na geração de superávits na balança comercial como mecanismo de compensação dos déficits das rendas pagas ao capital aqui aportado, levando a organização de uma economia do agronegócio (MICHELOTTI, 2019).

Nessa perspectiva, da abordagem sobre o surgimento de novas territorialidades na Amazônia, a autora Bertha Becker (2010) afirma em seus estudos que as novas territorialidades vêm emergindo em diferentes escalas, pondo em xeque a primazia da macrorregião para o planejamento, levando a necessidade de focar em outras escalas geográficas no processo de formulação de políticas públicas, fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável.

Apoiando na abordagem apresentada por Bertha Becker, sobre o surgimento de novas territorialidades na Amazônia, é que Monteiro e Silva (2020) publicou o estudo em que se estabeleceu no campo teórico a “Região de Carajás”. Tendo como título “A expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás”, o trabalho discute os fundamentos da expansão geográfica e da reorganização espacial, que produziram a fronteira amazônica, e indica que a apropriação espacial na fronteira se efetiva de forma seletiva por grupos sociais com poderes econômicos e políticos diversos, regionalizando-a.

Monteiro e Silva (2020), nesta formulação teórica da região de Carajás, argumenta que os caminhos metodológicos percorridos visam lançar luz sobre a segmentação do espaço, apontando especificidades históricas e geográficas que permitem afirmar que a configuração territorial denominada de região de Carajás consolidou-se na segunda metade dos anos 80 do século XX. E, por fim, conclui que o desenvolvimento da configuração territorial da região de Carajás singularizou a rede urbana polarizada por Marabá, o que se manifestou na ampliação da segregação de papéis, nas hierarquias e na intensidade de fluxos no âmbito da rede de núcleos urbanos. Assim, com o fim da ditadura militar, um importante estágio do processo de institucionalização da região de Carajás consolidou-se mediante o que Paasi (1991) denomina de constituição da sua configuração territorial.

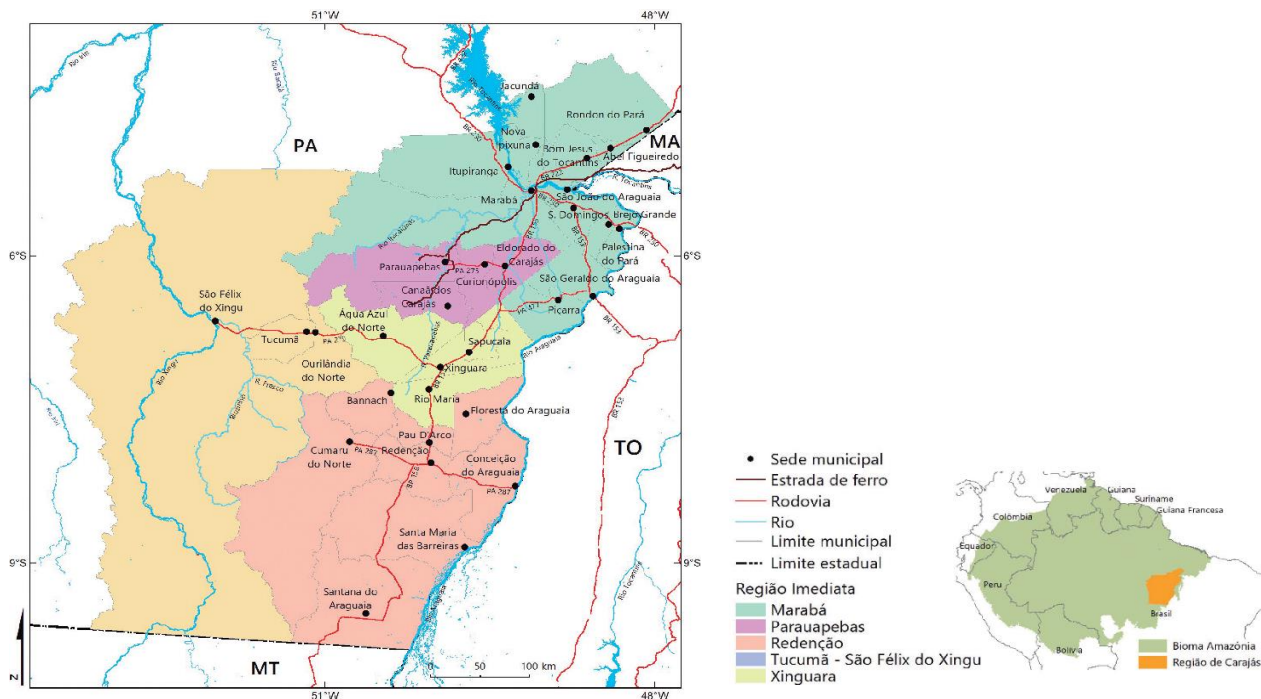
A região de Carajás é, portanto, uma síntese importante das principais dinâmicas contemporâneas da Amazônia brasileira, o que torna esse um território central para a compreensão

das questões que emergem do desenvolvimento regional. Nesta região ocorreram diversas transformações por via da modernização que impulsionou diversas estratégias desenvolvimentistas com resultados que não alcançaram as expectativas, principalmente pela incapacidade de serem cumpridas as promessas de equiparação regional à modernidade ocidental (MONTEIRO *et al.* 2022).

O contexto de definição geográfica da região de Carajás, configurou-se em torno de uma rede urbana hierarquizada e integrada, econômica, social, política e cultural capaz de ordenar o espaço social (MONTEIRO *et al.*, 2022). Os autores em trabalho recente apresentaram um novo mapa de delimitação dos municípios que compõem a região de Carajás, baseada nas “Regiões imediatas ” instituída pelo IBGE em 2017, conforme demonstrado na Figura 01.

Monteiro e Silva (2021) afirmam que a região de Carajás se trata de uma unidade distinta no espaço, e que este recorte adotado foge dos padrões espaciais estabelecidos pelos órgãos governamentais. Observa-se no mapa a importância estratégica da região de Carajás no contexto do bioma Amazônico, localizada às margens do Rio Araguaia/Tocantins. Esta região é considerada área de expansão da fronteira agrícola brasileira e é fruto dessas dinâmicas econômicas. O território dispõe de uma malha viária cortada pela Rodovia Transamazônica (BR 230) e BR 155, além de várias rodovias estaduais. O mapa da Figura 01 traz ainda a apresentação da Estrada de Ferro Carajás (EF-315), que liga a mina de ferro da Vale S.A. no município de Parauapebas ao porto de Itaqui em São Luís no estado do Maranhão.

**Figura 01** – Mapa da região de Carajás com a delimitação de “Regiões Imediatas”.



Fonte: Monteiro *et al* (2022). Elaborado por Regiane Paracampos da Silva.

Com base nesse recorte territorial, alguns trabalhos exploram algumas características da Região de Carajás. Michelotti *et al.* (2022) afirmam que o processo de implantação dos projetos geradores de expansão da fronteira do capital tem sido hegemônico nos processos de definição das novas configurações territoriais predominantes no espaço regional da Amazônia brasileira. Para Michelotti *et al.* (2022), o que caracteriza a região de Carajás, mesmo nas formas e nos tipos de ocupação territorial recentes, o que caracteriza são novas estruturas de dominação de sujeitos hegemônicos em detrimento das reproduções dos sujeitos não hegemônicos no processo de enfrentamento da produção capitalista no território.

Nesta lógica de interpretação das dinâmicas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais na região, Gumiero (2022), em estudo sobre os investimentos federais na Amazônia, realiza uma análise dos incentivos a política de acesso ao crédito e financiamento na região de Carajás, a partir da distribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), nos períodos de 2008 até 2020. Os resultados demonstram que esse tipo de investimento tem contribuído para o aprofundamento do caráter primário e deletério da economia dessa região, já que priorizaram as atividades rurais, com ênfase na pecuária bovina.

Partindo para uma análise mais demográfica e populacional na região de Carajás, os resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até 25/12/2022 (2022), a população residente nos 32 municípios é de 1.390.381 habitantes, de um total de 8.442.962 de habitantes residentes no estado do Pará. Comparando com dados do censo anterior de 2010, a população na região de Carajás somava um total de 1.212.928 habitantes, tendo sua maioria da população residentes na área urbana com 841.482 habitantes, que representavam 66% e os residentes em áreas denominadas rurais eram de 371.446 habitantes, equivalentes aos 33%.

No contexto geral do panorama da questão agrária no Brasil, no que diz respeito à política de reforma agrária nas últimas décadas, os dados apontam que foram criados 9.444 projetos de assentamentos, nas diversas modalidades oficiais. Estes projetos criados têm capacidade para assentamento de 1.186.351 famílias, no entanto as informações constam que existem 959.186 famílias assentadas em uma área que corresponde 87.840.540 hectares.

Cabe destacar que o recorte territorial da região de Carajás, proposto por Monteiro *et al.* (2022), representa quase a totalidade da área de abrangência dos municípios da Superintendência Regional do INCRA (SR-27). No entanto, é importante apontar que nessa região da Amazônia está concentrado o maior número de projetos de assentamentos e famílias assentadas do Brasil, que conta atualmente com 515 projetos criados no período que compreende de 1987 a 2020, capacidade para

assentar 93.639 famílias, 71.145 famílias assentadas e uma área total de 4.668.555,1610 hectares. Esses dados comprovam a importância do campesinato na região de Carajás no contexto da reforma agrária.

Nas regiões imediatas para definir a abrangência e limites do território da região de Carajás somam-se um total de 32 municípios. Essa região possui 425 projetos<sup>4</sup>, com capacidade para 76.359 famílias e com total de aproximadamente 57.707 famílias assentadas, ocupando uma área total de 3.606.632,9100 hectares (INCRA, 2022). Na Tabela 01 é comparada a população do município com o número de famílias assentadas.

**Tabela 01** - Demonstrativo dos números de projetos de assentamentos e famílias beneficiadas na região de Carajás.

Nº	Município	População	Nº de PA	Nº de Famílias (capacidade)	Famílias Assentadas
01	Abel Figueiredo	6.119	0	0	0
02	Água Azul do Norte	16.672	13	927	830
03	Bannach	3.730	02	842	634
04	Bom Jesus do Tocantins	14.511	03	295	271
05	Brejo Grande do Araguaia	6.791	03	254	206
06	Canaã dos Carajás	75.433	03	1.945	650
07	Conceição do Araguaia	44.765	39	5.886	4.385
08	Cumarú do Norte	12.397	04	1.345	1.293
09	Curionópolis	19.929	04	378	210
10	Eldorado do Carajás	30.264	25	5.403	4.560
11	Floresta do Araguaia	17.896	09	1.564	1.375
12	Itupiranga	53.873	36	7.775	6.428
13	Jacundá	36.184	01	415	327
14	Marabá	271.321	83	10.324	7.853
15	Nova Ipixuna	13.318	08	1.087	905
16	Ourilândia do Norte	26.570	05	1.432	635
17	Palestina do Pará	6.872	05	397	367
18	Parauapebas	271.577	04	524	510
19	Pau D'Arco	6.772	02	585	570

<sup>4</sup> Conforme dados divulgados pelo INCRA na região de abrangência de Carajás existem 425 projetos, sendo: 414 projetos de assentamentos (PA), 07 projetos casulo de assentamento (PCA), 03 projetos de desenvolvimento sustentável e 01 projeto de assentamento agroextrativista. (INCRA, 2022). Fonte: INCRA - Sistema: SIPRA Fonte: SDM Usuário: Relatório: Rel.0227 Data: 05/12/2022

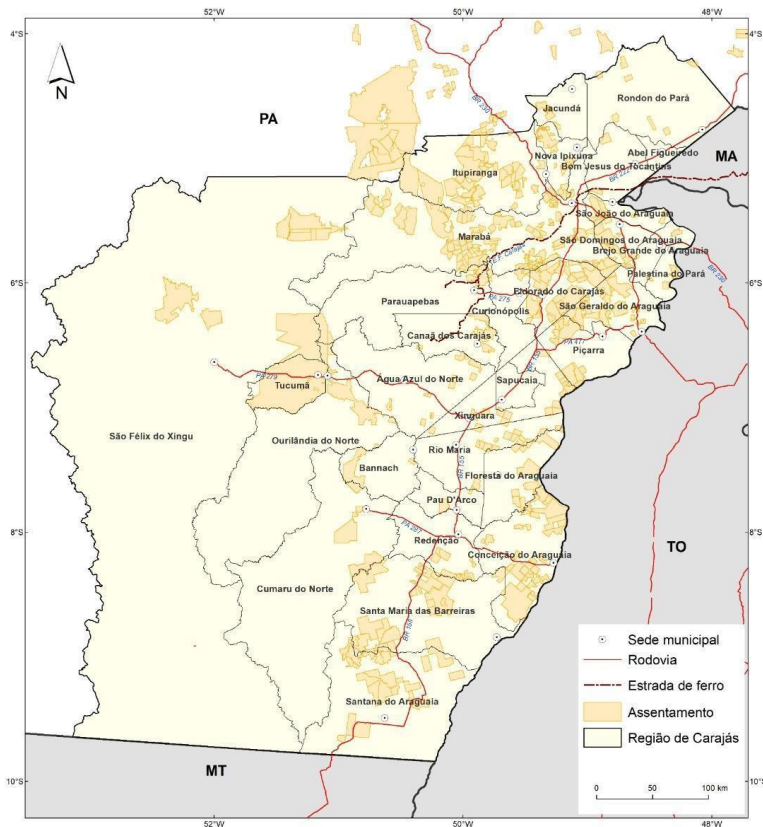
20	Piçarra	12.794	11	1.904	1.513
21	Redenção	91.227	13	1.133	933
22	Rio Maria	17.965	14	1.639	1.205
23	Rondon do Pará	35.182	15	1.160	1.046
24	Santa Maria das Barreiras	17.639	23	6.211	4.810
25	Santana do Araguaia	44.526	19	5.762	3.706
26	São Domingos do Araguaia	20.970	14	1.484	1.332
27	São Félix do Xingu	81.161	18	4.458	3.858
28	São Geraldo do Araguaia	24.243	20	1.814	1.419
29	São João do Araguaia	13.446	09	1.147	1.133
30	Sapucaia	5.295	0	0	0
31	Tucumã	34.812	02	6.553	3.553
32	Xinguara	56.127	18	1.716	1.190
<b>Total</b>		<b>1.390.381</b>	<b>425</b>	<b>76.359</b>	<b>57.707</b>

Fonte: Autoria própria com base nos dados do IBGE (2022), INCRA (2022).

Para melhor compreensão da importância do campesinato na região de Carajás, conforme delimitações apresentadas por Monteiro *et al.* (2022), apresentamos um mapa de espacialização na Figura 02 que apresenta a localização dos projetos de reforma agrária, sendo: Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Assentamento Casulo (PCA) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

No mapa da Figura 02 observa-se a localização geográfica dos 425 projetos de assentamentos nos 32 municípios que compõem a região de Carajás. O retrato no mapa demonstra ainda o potencial e força do campesinato, principalmente no que se refere ao quantitativo de assentamentos e famílias assentadas nessas áreas. Para além disso, podemos destacar a frágil infraestrutura rodoviária (Estadual e municipal) para o desenvolvimento social e produtivo dos assentamentos, sobretudo para o processo de escoamento da produção dos agricultores familiares assentados.

**Figura 02** – Mapa de localização e distribuição dos projetos de assentamentos nos municípios da Região de Carajás



Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2017) e Monteiro *et al.* (2022). Elaborado por Regiane Paracampos da Silva.

#### 4. GÊNESE DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS NA REGIÃO CARAJÁS

Partindo da discussão sobre o campesinato e sua relação com o cooperativismo, o objetivo desta seção é avançar na reflexão e apresentar um breve resgate histórico do processo de surgimento e evolução da dinâmica social e produtiva da ação cooperativista entre os agricultores (as) dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária na região de Carajás (PA) a partir das três teses de Chayanov. É nesse território que as cooperativas ligadas ao campesinato foram se tornando organizações importantes na luta dos trabalhadores do campo, e um canal potencial para promover o desenvolvimento local e regional, em uma lógica diferente da do mercado, mas enfrentando importantes desafios e limites. É notório que elas são organizações que desempenham um papel estratégico no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente, nas propriedades rurais de base familiar, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

De acordo com os dados oficiais do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021, existem 232 cooperativas filiadas à OCB/PA. No ramo agropecuário existem 62, com 100.723 cooperados no geral e 2.999 no ramo agropecuário. Quanto aos números de empregados, no geral há 3.414 e no ramo agropecuário 432 (OCB, 2022). Rocha (2020) afirma que o surgimento do cooperativismo no estado do Pará ocorreu durante a ditadura militar. Foi neste período que surgiram as primeiras iniciativas estatais ligadas ao cooperativismo, ligadas à duas ações específicas: 1) o Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará (PRODECO-PA), de 1970 e 2) o Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará (PICEP), de 1975.

Ainda de acordo com Rocha (2020), essas duas ações tinham como intuito impulsionar o processo organizativo do cooperativismo no estado, que de partida já estaria vinculado a um processo mais amplo de Movimento Nacional. O primeiro, denominado de PRODECO-PA, conduzido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), contava com técnicos de diversas instituições e entendia o cooperativismo como forma de associativismo rural e que visava o desenvolvimento econômico dos agricultores (SUDAM, 1970). O segundo, denominado PICEP, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de forma idêntica ao anterior, contou também com a parceria de diversas instituições, que estabeleceram como objetivo realizar o processo de renovação e fortalecimento das cooperativas paraenses (INCRA, 1975). Em suma, estes projetos desenvolviam atividades relacionadas à assistência técnica, capacitação administrativa e contábil, orientação de normatização e fiscalização, campanhas de difusão do cooperativismo em escolas, além de um diagnóstico e elaboração de projetos.

Neste resgate do histórico do cooperativismo, Rocha (2020) aponta que, na década de 1990, a ação da Organização das Cooperativas do Brasil no Pará (OCB/PA) tinha um foco nas cooperativas de crédito da região metropolitana de Belém, não dando atenção para as cooperativas do ramo agropecuário, principalmente aquelas ligadas a agricultura familiar camponesa. Vale ressaltar que a entidade tem uma trajetória ligada às cooperativas urbanas, com pouca ênfase para as cooperativas agrícolas. Isso fica evidenciado ainda na pesquisa realizada por Rocha (2020), em que se constata que somente a partir de 2016 a OCB passa a analisar o acesso, ou possibilidade dele, ao mercado institucional por parte das cooperativas rurais. Isso é resultado do diagnóstico do cooperativismo paraense, realizado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (OCB/SESCOOP)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O SESCOOP é a organização do setor cooperativo vinculado à OCB para as áreas de treinamento e assessoria técnica com a missão de promover a cultura cooperativista e aprimorar sua gestão para um maior desenvolvimento das cooperativas brasileiras. Com o apoio da DGRV, implementa o Programa “AceleraCoop” com sua estratégia focada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Pará, Tocantins e Ceará), fortalecendo e criando sinergias entre elas.



Esses elementos históricos do surgimento do cooperativismo na região de Carajás e do papel desempenhado pela OCB Brasil e Pará reforçam o argumento de Chayanov (1991) na sua “Tese do Movimento Nacional”. Segundo o autor, diante dos desafios estruturais impostos pela dinâmica agrária que tende a concentração de terras, as dificuldades em acessar recursos financeiros de capital, entre outros, é fundamental a existência de um sistema que consiga se sobrepôr a eles, mesmo com todos os limites que esse processo produz. Nenhum desenho institucional e de inovação no nível individual é suficiente para transpor as barreiras que a competição capitalista impõe. Garantir a sobrevivência nesse contexto só é possível quando existe uma poderosa e altamente desenvolvida organização cooperativa. Apesar de não haver elementos nessa pesquisa para avaliar se a estrutura da OCB ao longo dos anos de 1970 e 1980 se adequava em sua totalidade naquilo que Chayanov considera como sendo um movimento nacional que consiga garantir as condições de funcionamento e eficiência das cooperativas, fica claro que a sua estrutura em diferentes níveis (nacional e estadual) permitiu algum nível de articulação para uma estratégia nacional multiescalar, que auxiliou no fortalecimento das cooperativas na região de Carajás.

No que conforma a região de Carajás, o processo organizativo dos agricultores ocorreu após o início do processo de intensificação na ocupação desse território a partir da década de 1970 e que culminou com a expansão da agricultura extensiva na região. É nesse contexto de expansão da fronteira agrícola e de implantação dos grandes projetos, ditos de desenvolvimento de integração regional, que se acelerou a migração e acirrou o processo de luta pela terra (BECKER, 2004). O cooperativismo na região remonta há poucas décadas, originado principalmente pela demanda de organização da luta pela conquista da terra e potencializado pelo financiamento governamental, especialmente, a partir dos anos 2000. Nesse período, a região passou a contar com um total de aproximadamente 500 associações organizadas nos assentamentos e em áreas não regularizadas, e de cerca de uma dezena de cooperativas (ativas ou estáticas) na região.

É preciso enfatizar que as primeiras iniciativas de organização dos agricultores camponeses voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas na região estavam ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e eram conhecidas como cantinas comunitárias e possuíam um forte caráter de solidariedade. Essas iniciativas cumpriam um papel importante na comercialização dos gêneros alimentícios, ainda de maneira informal, já que não havia uma estrutura institucionalizada de apoio às atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais (ROCHA, 2020). Dado o sucesso dessas cantinas comunitárias surgiram as organizações denominadas de Caixas Agrícolas, com destaque para a Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR) em 1988, localizada no município de São João do Araguaia. Posteriormente, foi fundada a Caixa Agrícola do município de Eldorado dos Carajás

(CAAMEC) com o apoio e assessoria do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP).

Cabe destacar, neste contexto das iniciativas de cooperação no campesinato, uma breve apresentação sobre a experiência desenvolvida pela CAAR, e foi considerada como uma das mais exitosas no processo de organização e estratégia de comercialização da produção extrativista dos assentados no cenário local e regional. Esta experiência se desenvolveu no projeto de assentamento Castanhal Araras criado em 1987, fruto do processo de organização e luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra na região. No aspecto organizativo, em 1989, os 92 agricultores (as) assentados decidiram organizar suas produções através de uma organização denominada CAAR, que seria para viabilizar o processo de organização, beneficiamento e comercialização dos seus produtos extrativistas junto ao mercado, tendo como principal produção o cupuaçu. Além disso, com o objetivo de agregar valor ao produto a comunidade, através de um Grupo de Mulheres, produzia os seus derivados, tais como: licor, doce, geleia, compota e cupolate (chocolate de cupuaçu), e, em segundo, a produção de castanha do Pará. Importante destacar, ainda, que nessa trajetória a CAAR contou com o apoio de diversas entidades de apoio e assessoria para o financiamento das atividades, tendo o CEPASP como principal articulador de projetos de desenvolvimento de práticas agrícolas de preservação do meio ambiente e com um claro esforço de colaborar na expansão da integração vertical.

Como apontado por Almeida (2011), a criação das cooperativas ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) ocorreu pela necessidade dos agricultores e agricultoras em consolidar a sua produção nas áreas de terra, fruto da conquista no processo de luta pela Reforma Agrária. O autor ainda argumenta que, apenas em 1991, foi iniciada a discussão sobre a necessidade de se criar uma entidade que respondesse pela comercialização da produção dos agricultores dentro do Programa Centro Agroambiental do Tocantins (CAT).

A demanda dos agricultores em promover e consolidar a produção nas áreas de terras conquistadas deu início a discussão que culminou com a fundação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT), em 18 de dezembro de 1992, por agricultores familiares provenientes de 06 municípios da região. Com a iniciativa da COOCAT, que possuía abrangência a nível regional, e pela falta de uma política governamental voltada para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável na região, o cooperativismo rural ligado ao movimento sindical foi se fortalecendo com a fundação de novas cooperativas e o investimento na implantação de novas agroindústrias de beneficiamento de frutas, para processarem principalmente açaí (*euterpe oleracea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), oriundos das produções extrativistas nos assentamentos criados.

Cumprer ressaltar que a história e trajetória da COOCAT está estritamente ligada ao processo de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) rurais em torno das lutas sindicais organizadas, no âmbito das ações desenvolvidas no programa CAT. O cooperativismo camponês se expandiu e se fortaleceu na região, com a fundação de novas cooperativas com formas de organizar e comercializar a produção agrícola e extrativista. Em 1992 foi criada a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas de Nova Ipixuna (Correntão), e em 1997 foi criada a Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Região Carajás (Cooper), no município de Parauapebas.

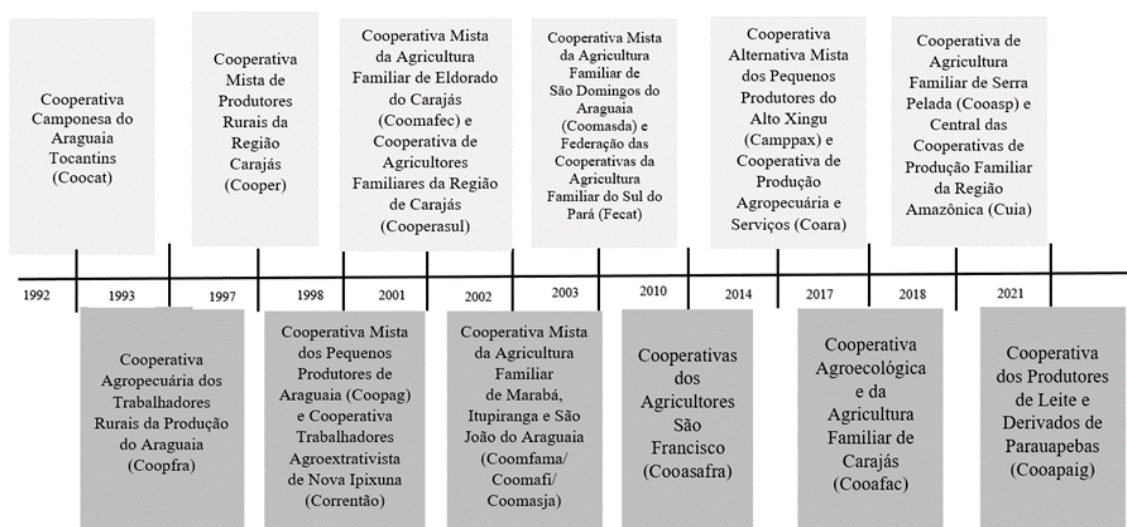
Como observado a partir desse processo histórico das lutas sociais no campo, a solidariedade entre os trabalhadores foi um elemento central na organização das cooperativas na região de Carajás. Essa característica histórica dialoga diretamente com a terceira tese de Chayanov que trata da Cultura Cooperativa. Para Chayanov, a força cultural é um instrumento central para construir o cooperativismo. Para que o movimento cooperativista se consolide é importante que a cultura da solidariedade caminhe junto com os objetivos econômicos, de modo que funções não econômicas também sejam desenvolvidas por essas entidades. Essa cultura é uma contraposição às estratégias individuais típicas de práticas econômicas e organizacionais capitalistas.

Nesse processo histórico passa a surgir uma aparente contradição. Ao mesmo tempo em que a OCB auxilia no fortalecimento do cooperativismo, a sua ênfase empresarial acabou por enfraquecer os princípios que fundamentam o cooperativismo. E isso é observado na experiência cooperativista na região de Carajás. Isso porque parte da estratégia cooperativista desenvolvida neste período inicial fortemente baseada em relações de solidariedade e de luta social se contrapunha ao modelo cooperativista que foi se consolidando a partir da OCB, muito vinculada a um movimento cooperativista com viés mais empresarial e empreendedor, naquilo que Chayanov vai chamar de *cooperative-as-entreprise approach*.

No âmbito do debate do fortalecimento e expansão do cooperativismo camponês, ocorreu em 2003 a decisão de descentralizar as ações da COOCAT, com a sua dissolução, e aproximar a atuação para os municípios culminando com a criação de 05 novas cooperativas municipais da agricultura familiar na área de abrangência da COOCAT e a fundação da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT), em 25 de julho de 2003. De acordo com Almeida (2011), a partir de 2007, a FECAT passou por um processo de melhoria e de ascensão, com ampliação na rede logística de transporte, implantação de laboratórios de análises e aumento da capacidade de beneficiamento e armazenamento, além de um crescimento nas compras de frutas, maior diversificação dos produtos, melhorias sanitárias e conseqüentemente uma ampliação das famílias atendidas.

Importante destacar que neste mesmo período ocorreu um avanço na reforma agrária com a criação de 425 projetos de assentamentos na região de Carajás, e cerca de 76.359 mil famílias assentadas ligadas ao MSTTR, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará (FETRAF-PA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-PA). Diante dos desafios criados no novo cenário político em que se fortaleceram políticas públicas voltadas para agricultura familiar, um conjunto de entidades e dirigentes destas cooperativas se organizaram em busca de alternativas e soluções para a superação dos desafios políticos, organizativos e econômicos para essas organizações (INCRA, 2022).

**Figura 03 - Linha do tempo das Cooperativas (Coop.) Camponesas que atuam na região de Carajás**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo (2023)

No contexto da pesquisa, desenvolvida no território que compreende a região de Carajás, a linha do tempo de criação/fundação das diversas cooperativas camponesas que participaram desta construção de uma representação regional do cooperativo, ligados ao campesinato conforme demonstrado na Figura 03, é um instrumento importante para identificar a origem dessas experiências.

Portanto, neste cenário regional de luta pelo fortalecimento do cooperativismo regional é importante ressaltar que a FECAT teve um papel importante e estratégico no processo de organização e representação econômica dos camponeses ligados aos assentamentos de reforma agrária. Através dela foram desenvolvidos diversos projetos produtivos de apoio às cooperativas filiadas, cabendo destacar o projeto denominado “Apoio a Geração de Renda – Juventude e Cooperativismo no Sul do Pará”, aprovado ao Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania – edital 2010, com o objetivo de implantar 100 módulos de fruticulturas consorciadas com essências florestais. O projeto visava a produção de frutas e capacitação de jovens rurais residentes nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária dos municípios de origem das suas cooperativas filiadas. O esforço capitaneado pela FECAT tinha como objetivo promover algum nível de verticalização da produção, para que as

cooperativas dominassem mais níveis da atividade econômica, como a comercialização e a distribuição.

No entanto, após esse período curto de plena expansão e fortalecimento das cooperativas, a FECAT iniciou um processo de decadência, causado por dois principais elementos, que por consequência resultou na necessidade do encerramento das atividades da Federação. O primeiro elemento diz respeito a escassez e dificuldade de acesso às políticas públicas de apoio aos processos organizativos e produtivos para as cooperativas, e o segundo elemento foi causado pelos problemas na gestão dos processos administrativos da Federação relacionados à execução dos projetos desenvolvidos. Na pesquisa realizada ficou evidenciado que esses problemas citados culminaram com a inviabilização legal da Federação para a formalização de parcerias junto aos órgãos governamentais, entidades privadas e representativas, momento em que se tornou necessária a criação de uma nova pessoa jurídica. Em 25 de julho de 2018 é criada a Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA), sendo mais uma inovação organizacional do movimento cooperativista ligada ao campesinato regional.

Neste trabalho, a abordagem das experiências de cooperativas camponesas vai para além das cooperativas singulares que participaram e contribuíram para o processo de criação da primeira Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica. Como já mencionadas no decorrer da seção, a pesquisa também foca a atuação de 06 (seis) novas cooperativas singulares com abrangências diversas, conforme apresentada na Figura 05, sendo a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços (COARA AMAZÔNICA), segunda a Cooperativa de Agricultores Familiares da Região de Carajás (COOPERASUL) e, por fim 04 (quatro) novas cooperativas singulares que tiveram sua filiação aprovada em 2021 na CUIA, sendo elas dos seguintes municípios: Parauapebas - Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados de Parauapebas (COOPAIG); Canaã dos Carajás - Cooperativa Agroecológica e da Agricultura Familiar de Carajás (COOAFAC); Curionópolis - Cooperativa de agricultura familiar de Serra Pelada (COOASP); e, Floresta do Araguaia - Cooperativa dos Agricultores São Francisco (COOASAFRA).

Importante destacar no mapa de localização que as cooperativas têm atuação em todas as regiões imediatas, sendo que na região intermediária de Marabá existe uma concentração maior do número de cooperativas, sendo 8 cooperativas do total das estudadas. No entanto, na outra região intermediária denominada de Redenção, que é composta por 15 municípios, só conta com 4 cooperativas singulares (COPAG - nº 11, COOASAFRA nº 10, COOPFRA - nº 11 e CAMPPAX - nº 02). Importante destacar que, neste contexto, a Central (CUIA - nº 14) desempenha um papel fundamental no processo de representação, mobilização e articulação das cooperativas singulares junto à sociedade civil organizada, o poder público e a iniciativa privada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos desafios regionais enfrentados pelo cooperativismo camponês na Amazônia brasileira, é crucial considerar outros fatores que impactam sua consolidação e expansão. A complexidade ambiental da região amazônica, com suas características específicas de solo, clima e biodiversidade, bem como os processos de ocupação territorial e intervenção do Estado acrescenta uma camada adicional de desafios para os agricultores cooperados. A necessidade de implementar práticas agrícolas sustentáveis e adaptadas ao ambiente local torna-se premente, exigindo investimentos em capacitação técnica e infraestrutura que possam viabilizar a produção em harmonia com a natureza. A inserção das cooperativas camponesas nos sistemas de comercialização locais e regionais também enfrenta obstáculos logísticos e de infraestrutura na região amazônica. A falta de estradas adequadas e sistemas logísticos bem desenvolvidos pode limitar a capacidade das cooperativas em escoar seus produtos de maneira eficaz para os mercados internacionais. Portanto, políticas públicas que promovam o desenvolvimento de infraestrutura na região são essenciais para fortalecer a competitividade e a sustentabilidade das cooperativas camponesas.

A preservação dos conhecimentos tradicionais e culturais dos povos amazônicos emerge como um ponto crucial. A terceira tese de Chayanov, relacionada à cultura cooperativista, destaca a importância de uma mentalidade coletiva e solidária entre os agricultores. Nesse sentido, é vital preservar as práticas culturais locais que promovem a cooperação e o compartilhamento de recursos, pois esses elementos podem fortalecer a coesão interna das cooperativas e contribuir para a sustentabilidade social do empreendimento, fortalecendo também a luta social. Ademais, a integração das cooperativas camponesas com movimentos nacionais que promovam políticas agrárias mais justas e inclusivas pode criar um ambiente mais propício para o desenvolvimento dessas iniciativas. O envolvimento ativo na formulação de políticas públicas, que considerem as peculiaridades da região amazônica, é fundamental para garantir o apoio institucional necessário ao sucesso do cooperativismo camponês.

A partir dos elementos levantados no trabalho a luz das teses de Chayanov observou-se que ao longo da trajetória do cooperativismo na região de Carajás, é possível identificar uma tendência de enfraquecimento em algumas cooperativas de práticas e estratégias mais alinhadas com os princípios que fundamentam a prática cooperativista, apesar da maior vinculação dentro de uma estratégia nacional e regionalmente articulada. A busca por eficiência econômica e competitividade muitas vezes resultou na centralização de decisões e na hierarquização das estruturas internas, afastando-se da base democrática característica do cooperativismo. Em determinados contextos, a

ênfase excessiva na maximização de lucros compromete a equidade na distribuição dos benefícios gerados, distanciando-se dos princípios cooperativistas que visam à solidariedade e à participação igualitária dos membros.

Outro aspecto a destacar é a possibilidade de adoção de práticas que reproduzem desigualdades presentes no modelo capitalista convencional. A busca por eficiência em diferentes contextos resultou em decisões que favoreceram grupos mais poderosos dentro da cooperativa, em detrimento dos interesses da maioria. Tal abordagem contradiz os princípios cooperativistas, que buscam promover uma participação ativa e democrática dos membros, além de priorizar a equidade nas tomadas de decisão. Adicionalmente, a crescente burocratização e profissionalização das cooperativas na região, embora tenha trazido benefícios em termos de gestão, também distanciou os cooperados das decisões estratégicas. Esse distanciamento entre a base e a administração dificulta o engajamento ativo dos membros nas decisões que impactam diretamente suas vidas e meios de subsistência na região.

Para superar esses desafios, torna-se essencial resgatar e reforçar os princípios cooperativistas originais na Amazônia, promovendo a transparência, a participação democrática e a igualdade entre os cooperados. A promoção da conscientização e formação dos membros sobre os fundamentos do cooperativismo pode contribuir para uma gestão mais alinhada com os valores cooperativistas, levando em conta as peculiaridades e desafios específicos da região amazônica. Além disso, incentivar a criação de redes e movimentos que fortalecem a solidariedade entre as cooperativas pode ser uma estratégia eficaz para preservar a autenticidade do cooperativismo na Amazônia, garantindo que essas iniciativas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região.

O ambiente político e econômico nos países em desenvolvimento é quase sempre hostil para o fortalecimento das experiências cooperativistas no estilo proposto por Chayanov (1991), o que torna central o contexto em que essas experiências ocorrem. Nesse sentido, a consolidação do cooperativismo camponês na Amazônia brasileira, especificamente na região de Carajás, demanda uma abordagem holística que inclua a superação de desafios regionais, a adaptação às especificidades ambientais, o desenvolvimento de infraestrutura logística, a preservação da cultura local e o engajamento ativo em movimentos nacionais. A interseção desses elementos pode proporcionar um ambiente propício para o florescimento dessas práticas econômicas, contribuindo não apenas para o desenvolvimento local, mas também para a construção de uma economia mais justa e sustentável em âmbito nacional.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.
- ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Sobre nós**. 2023. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/international-cooperative-alliance>> Acesso em: 14 de abril de 2023.
- AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 467-479, 2020.
- ALMEIDA, L. L. **Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.
- ASSIS, W. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. 2007. 242 f. 2007. Tese de Doutorado. TESE (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**, USP, São Paulo: 2004.
- BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** vol.5, n.1, p. 17-23, 2010.
- BRASS, T. How agrarian cooperatives fail: Lessons from 1970s Peru. **Journal of Peasant Studies**, v. 34, n. 2, p. 240 – 287, 2007.
- CARDOSO, A.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. Canaã dos Carajás: Um Laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do Século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (online), v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018.
- CHAYANOV, A. **Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. 1924**. In: CARVALHO, H. M. de (Org). Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.
- CHAYANOV, A. **The Theory of Peasant Co-Operatives**. Columbus, Ohio: The Ohio State University Press. 1991.
- CHAYANOV, A. **The theory of Peasant Economy**. Illinois: The American Economic Association, 1966, p. 386.
- CONGILIO, C. Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará, **Revista de Políticas Públicas**, nº especial, p. 195 – 199, 2014.
- CONGILIO, C.; MORAES, C. Violência agrária e desmatamento: corolários das políticas de Estado e das lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 37, p. 155 - 167, 2016.
- DEGGERONE, Z. A Teoria das Cooperativas Camponesas de Alexander Chayanov. **Estudos Sociedade e Agricultura** , 2018, 26.3: 701-705.
- FELÍCIO, M.; FERNANDES, B. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. **Veredas - Revista Del Pensamiento Sociológico**, v. 28, p. 435-475-475, 2014.
- FELIX, G. **O real papel das empresas multinacionais no mundo atual**. São Paulo: Editora Toth, 2020.
- FREITAG, C., KLESENER, H. M., & Plein, C. Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2019.
- GERMER, C. A ‘economia solidária’: Uma crítica marxista. In: GEDIEL, José (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1, 2007. 244 p.
- GUMIERO, R. O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 4, 2022.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2004. v. 01-04.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A.; LAMMEREN, I. Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question, **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 4, p. 715-733, 2021.
- HU, Z.; ZHANG, Q. F.; DONADSON, J. Why do farmers’ cooperatives fail in a market economy? Rediscovering Chayanov with Chinese experience. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1 -31, 2022.



HUNT, D. Chayanov's model of peasant household resource allocation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 3, 1979.

IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos tabelas. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3DfApun>>.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. IBGE, Rio de Janeiro, 2017.

IBGE. **Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. acesso em: 09, fev. 2023

ILOPOULOS, C., VALENTINOV, V. Cooperative Longevity: Why are so Many Cooperatives so Successful? **Sustainability**, n. 10, p. 3449–3456, 2018.

LENIN, V. **Lenin e a questão agrária (1917-1922)**. São Paulo: Portal, 2012.

MICHELOTTI, F. MALHEIRO, B. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. **Revista da Anpege**, v. 16, p. 635-674, 2020.

MICHELOTTI, F. **Territórios de Produção Agromineral: Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense**. 2019. (Tese de doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro.

MICHELOTTI, F; NASCIMENTO, H; GOMES JÚNIOR, E. Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 4, 2022.

MONTEIRO, M., SILVA, R. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins (Paris)**, v. 1, n. 49, 2021.

MONTEIRO, M; BAHIA, M; CASTRO, E. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 4, 2022.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2021**. Sistema OCB, 2022.

ROCHA, A. C. O. **Trajatórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SCHULMAN, M; GARRET, P; NEWMAN, B. Differentiation and survival among North Carolina smallholders: An empirical perspective on the Lenin-Chayanov debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 16, n. 4, p. 523-541, 1989.

SILVA, R.; NUNES, E. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n.2, p. 1-22, 2023.

SILVA, R.; SILVA, D.; GOMES JÚNIOR, E.; MICHELOTTI, F. **O papel do Cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária no Sudeste paraense**. *Anais do III Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local*. Feira de Santana: Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Feira de Santana: UEFS, 2021.

State Administration of Market Regulation (SAMR). 2020. **The Development Status of Market Entities in 2019 in China**. Beijing.

VALENTINOV, V. Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economic perspective. **Journal of Institutional Economics**, v. 3, n. 1, p. 55 - 69, 2007.

VEDANA, R. et al. Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

WANDERLEY, L. Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia. **Geo Puc**, v. 2, n. 3, p. 1-26, 2009.

WHITE, B. Marx and Chayanov at the margins: understanding agrarian change in Java. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5 - 6, 2018.